

REFERÊNCIAS

Artigo – **AUDITORIA FINANCEIRA: por que e para que?**

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; JORGE, Luiz Genédio Mendes. Sobre a Importância das Novas Normas para a Auditoria Financeira. Auditoria e Controle, Orçamento e Finanças, [s.l.], [s.d.].

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. Estabelece regras e diretrizes para consolidação das contas públicas no âmbito da Federação. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/publicacoes/portarias/2013/portaria-stn-no-634-de-19-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/publicacoes/portarias/2015/portaria-stn-no-548-de-24-de-setembro-de-2015>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 9. ed. Brasília: STN, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 315 (R1) – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por Meio do Entendimento da Entidade e do Seu Ambiente. Brasília: CFC, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 500 – Evidência de Auditoria. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 04 – Estoques. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Brasília: CFC, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa. Brasília: CFC, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados. Brasília: CFC, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília: CFC, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP– Estrutura Conceitual para Análise Conceitual de Aspectos Contábeis Específicos. Brasília: CFC, 2021.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO); COUNCIL OF THE INSPECTORS GENERAL ON INTEGRITY AND EFFICIENCY (CIGIE). Financial Audit Manual (FAM). GAO-24-107278. Washington, DC: GAO, 2024.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria Financeira. Brasília: IRB, 2023.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) – Nível 1: Princípios Básicos e Pré-requisitos para o Funcionamento dos Tribunais de Contas Brasileiros. Brasília: IRB, 2015.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) – Nível 2: Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público. Brasília: IRB, 2017.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). NBASP 200 – Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira. Brasília: IRB, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 1 – Presentation of Financial Statements. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 12 – Inventories. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 17 – Property, Plant and Equipment. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 19 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 21 – Impairment of Non-Cash-Generating Assets. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 23 – Revenue from Non-Exchange Transactions (Taxes and Transfers). New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 39 – Employee Benefits. New York: IFAC, 2018.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). ISSAI 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público. Viena: INTOSAI, 2013.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). ISSAI 200 – Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira. Viena: INTOSAI, 2013.

Artigo – **ATIVIDADES PRÉ-PLANEJAMENTO EM AUDITORIAS FINANCEIRAS: qual a sua relevância no setor público?**

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1965*. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 103, n. 55, p. 2741, 17 mar. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS. ISSAI 130 – *Código de Ética*. Viena: INTOSAI, 2016. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_100_to_400/issai_130/ISSAI_130_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 140 – Quality Management for SAls*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_100_to_400/issai_140/ISSAI_140_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 200 – Financial Audit Principles*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_100_to_400/issai_200/ISSAI_200_en_2020.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2200 – Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2200/ISSAI_2200_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2210 – Terms of Engagement*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2210/ISSAI_2210_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2220 – Quality Control for an Audit of Financial Statements*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2220/ISSAI_2220_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2260 – Communication with Those Charged with Governance*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2260/ISSAI_2260_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2315 – Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and Its Environment*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2315/ISSAI_2315_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2580 – Subsequent Events*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2580/ISSAI_2580_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2700 – Audit of Financial Statements Prepared in Accordance with Special Purpose Frameworks*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2700/ISSAI_2700_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2800 – The Auditor’s Responsibilities Relating to Other Information*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2800/ISSAI_2800_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2805 – Special Considerations—Audits of Group Financial Statements (Including the Work of Component Auditors)*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2805/ISSAI_2805_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *ISSAI 2000 – Application of the Financial Audit Standards*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/documents/open_access/ISSAI_2000_to_2899/issai_2000/ISSAI_2000_EN.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. *GUID 2900 – Guidance to the auditor on the audit of financial statements in accordance with ISSAIs*. Viena: INTOSAI, 2020. Disponível em: <https://www.issai.org/pronouncements/guid-2900-guidance-to-the-auditor-on-the-audit-of-financial-statements-in-accordance-with-issais/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. INTOSAI DEVELOPMENT INITIATIVE (IDI). *Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria Financeira*. IDI: Oslo, 2020. Tradução: Banco Mundial, Tribunal de Contas da União e Instituto Rui Barbosa, Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2024. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/hotsites/manual-de-implementacao-do-issai-idi/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

INTERNATIONAL ETHICS STANDARDS BOARD FOR ACCOUNTANTS. *Handbook of the International Code of Ethics for Professional Accountants (Including International Independence Standards)*. Nova York: IFAC, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications/2021-handbook-international-code-ethics-professional-accountants>. Acesso em: 21 abr. 2025.

INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD. *International Standard on Quality Management 1 (ISQM 1) – Quality Management for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, or Other Assurance or Related Services Engagements*. Nova York: IFAC, 2020.

Artigo – **AVALIAÇÃO DOS EFEITOS GENERALIZADOS DAS DISTORÇÕES NA MODIFICAÇÃO DA OPINIÃO: evidências da prática da Auditoria Financeira no setor público brasileiro**

ARENS, A. A. et al. **Auditing and Assurance Services**. 16. ed. Global Edition. Pearson Education Limited, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 240 – **Responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis**. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240(R1).pdf). Acesso em: 28 jan. 2025.

_____. **NBC TA 450 – Avaliação das distorções identificadas durante a auditoria**. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA450\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA450(R1).pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.

_____. **NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. **NBC TA 705 – Modificações na opinião do auditor independente**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BOYNTON et al., Willian C. e outros. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

ESTEVAM, Taciana Camila Witcoski; RODRIGUES, Juliana Daniela; SILVA, Leandra da. **Implantação das normas internacionais de auditoria pelos tribunais de contas brasileiros**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 20, p. 1–16, e3217, 2021. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3217>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MAHAM, Keyhan; FARAJZADEH, Ali Asghar; TALEBNIA, Ghodratollah; KANANI, Akbar. **Determination of material and pervasive misstatement in auditing**. Indian Journal of Fundamental and Applied Life Sciences, [S.l.], v. 4, supl. 1, p. 658–667, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.cibtech.org/sp.ed/jls/2014/01/jls.htm>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MESSIER JR, W. F.; MARTINOV-BENNIE, N.; EILIFSEN, A. A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later. Auditing: A Journal of Practice & Theory, v. 24, n. 2, p. 153-187, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2308/aud.2005.24.2.153>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MESSIER, William F.; GLOVER, Steven M.; PRAWITT, Douglas F. **Auditing & Assurance Services: A Systematic Approach**. 10. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2017.

NETO, P. (2025). **Estágio de adoção da auditoria financeira e de componentes pelos tribunais de contas estaduais**. 2025. Monografia (Especialização em Auditoria Financeira) – Instituto Serzedello Corrêa, Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Brasília DF.

SULTANOGLU, Banu; SIMGA MUGAN, Can; SEKERDAG, Umut; ORAN, Adil. **The auditor's opinion modifications around domestic and global financial crises**. Meditari Accountancy Research, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 622–639, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2017-0199>. Acesso em: 25 jan. 2025.

UTAMI, Fransisca Listyaningsih; PUTRA, Yananto Mihadi; TANJUNG, Putri Renalita Sutra; NUGROHO, Lucky. **Analysis of audit opinion of financial statements from state institutions: Indonesia empirical study, Period 2012–2017**. International Journal of Financial Research,

[S.l.], v. 11, n. 5, p. 150–162, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5430/ijfr.v11n5p150>. Acesso em: 18 dez. 2024.

VAN SCHAİK, F. (2010). **Materiality in government auditing**. International Journal on Governmental Financial Management, 10(2), 2-12. Disponível em: <http://www.icgfm.org/journal/2010-02.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Artigo - **JULGAR O QUE IMPORTA: o novo Regime de Responsabilidade Financeira dos Gestores Públicos (RFGP) e suas reflexões para os Tribunais de Contas do Brasil**

BOUVIER, Michel; ESCLASSAN, Marie-Christine; LASSALE, Jean-Pierre. Finances publiques: Manuel (Paris). 14. ed. Paris: LGDJ-Lextenso éditions, 2015. 898 p.

BASSERES, Jean; PACAUD, Muriel. Responsabilisation des gestionnaires publics: rapport établi par Jean Bassères et Muriel Pacaud. [S.l.]: Ministère de l'Économie, des Finances et de la Relance, 2020. Disponível em: <https://blog.landot-avocats.net/wp-content/uploads/2020/12/RAPPORT-BASSERES.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

COUR DES COMPTES. Rapport d'activité 2023. Paris: Cour des comptes, 2024. Disponível em: https://www.ccomptes.fr/sites/default/files/2024-06/20240621-rapport-activite-2023_0.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

DAMAREY, Stéphanie; GROPER, Nicolas. Responsabilité financière des gestionnaires publics: genèse, cadre juridique, mise en perspective. Paris: Dalloz, 2024. (Thèmes & commentaires, Actes). 396p.

DUFFY-MEUNIER, Aurélie. La Cour des comptes : une institution sous double influence. Revue française de finances publiques, Paris, n. 109, p. 125-167, 2010. Disponível em: <https://amu.hal.science/hal-02611238/document>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DUTRA, Tiago Alves de Gouveia Lins. Integração dos instrumentos constitucionais de controle externo: uma proposta para a legitimação do modelo brasileiro por meio de isomorfismos institucionais. [2013]. Monografia (Categoria Profissionais). Trabalho apresentado ao Tribunal de Contas da União.

DUTRA, Tiago Alves de Gouveia Lins; CAVALCANTE, Renato Lima. Auditoria financeira na apreciação das contas de governo da República. Revista do Instituto Rui Barbosa, [S. l.], p. 165–179, 2020. Disponível em: https://www.audtcu.org.br/images/artigos/2021/01/11012021/12_11_PB_artigo.PDF. Acesso em: 17 abr. 2025.

DUTRA, Tiago Alves de Gouveia Lins; CHAMPOMIER, Jean-Michel. A função de auditoria financeira em Tribunais de Contas: as perspectivas do TCU e a experiência da Corte de Contas da França. Revista do TCU, Brasília, v. 137, p. 50–57, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/43/38>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FERREIRA JÚNIOR, Adircélio de Moraes. A Híbridez Material das Cortes de Contas Como Atributo Determinante de sua Organicidade e a Metamorfose institucional dos Tribunais da Governança Pública. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

FRANÇA. Code des juridictions financières. Journal Officiel de la République Française,

Paris, n. 202, 1 sept. 1987. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/texte_lc/LEGITEXT000006070249/. Acesso em: 18 abr. 2025.

FRANÇA. COUR DES COMPTES. Certification des comptes de l'État – Exercice 2024. Paris: Cour des comptes, 2024. Disponível em: <https://www.ccomptes.fr/fr/publications/certification-des-comptes-de-letat-exercice-2024>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FRANÇA. COUR DES COMPTES. Le budget de l'État en 2024 : résultats et gestion. Paris: Cour des comptes, 2024. Disponível em: <https://www.ccomptes.fr/fr/publications/le-budget-de-letat-en-2024-resultats-et-gestion>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FRANÇA. Décret n° 2024-411 du 6 mai 2024 relatif à la certification des comptes de l'État et des organismes publics. Journal Officiel de la République Française, Paris, n. 106, 7 mai 2024. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000046778561>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FRANÇA. Ordonnance no 2022-408 du 23 mars 2022 relative au régime de responsabilité financière des gestionnaires publics. Journal officiel de la République française, 5 décembre 2021. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/download/pdf?id=mLjksUPWGzi7-JAPoBqcP0FiR1cJimgoBPDZZ4qc0Sc=>>. Acesso em 21 nov. 2024.

FRANÇA. LOI constitutionnelle no 2008-724 du 23 juillet 2008 de modernisation des institutions de la Ve République. Journal officiel de la République française, 24 juillet 2008. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/download/pdf?id=PEy7HFQtChq59a_W_8fBZ96Wakxk7JLKOud3uP63A4=>. Acesso em 21 nov. 2024.

FRANÇA. Loi organique n° 2001-692 du 1 août 2001 relative aux lois de finances (LOLF). Journal Officiel de la République Française, Paris, n. 177, 2 août 2001. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000394028>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GAUTIER, Louis; MACHADO, Cristina; BALDACCHINO, Adeline; LIMA, Rodrigo Medeiros de. Public Prosecution Offices within Supreme Audit Institutions' jurisdiction, their role and importance for the due process of law: A glance at the findings of a global survey. International Journal of Government Auditing, Washington, v. 51, n. 2, Q2 2024. Disponível em: <https://intosaijournal.org/wp-content/uploads/issue/INTOSAI-Journal-Q2-2024-EN-compressed.pdf>. Acesso em 20/12/2024.

HAURIOU, Maurice. A teoria da instituição e da fundação: ensaio de vitalismo social. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2009. 54 p.

HUSSON-ROCHCONGAR, Céline; KOTT, Sébastien (Dir.). La responsabilité financière des gestionnaires publics. Paris: La Documentation française, 2024. 394 p.

IDI – INTOSAI Development Initiative. SAI Performance Measurement Framework (SAI PMF): Updated Version 2022. Oslo: IDI, 2022. Disponível em: <https://idi.no/elibrary/well-governed-sais/sai-pmf/1698-2022-sai-pmf-document/file>. Acesso em: 21 nov. 2024.

INSTITUTO RUI BARBOSA. NBASP 50 – Princípios das Atividades Jurisdicionais dos Tribunais de Contas. Disponível em: <https://nbasp.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/NBASP-50-Principios-das-Atividades-Jurisdicionais.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LIMA, Dagomar Henriques. O papel do Tribunal de Contas da União na responsabilização dos agentes públicos pelo desempenho da ação governamental. Revista do TCU, Brasília, n. 111,

p. 37–44, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/111/111>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LIMA, Rodrigo Medeiros de. O Ministério Público de Contas (MPC) como instituição inerente e essencial à judicatura de contas. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDDE, Belo Horizonte, ano 14, n. 26, p. 27-56, set. 2024/fev. 2025. DOI: 10.52028/RFDDE.v14.i26.ART02.DF.

LOTTA, Gabriela; MONTEIRO, Vera (Coord.). O fenômeno do apagão das canetas. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/o-fenomeno-do-apagao-das-canetas/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MENDES, Gabriela Flávia Ribeiro. A auditoria como espécie processual independente: ensaios para a construção de um Processo Constitucional de Controle Externo. 2024. Trabalho de conclusão de curso (MBA em Auditoria e Inovação do Setor Público) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MOUTINHO, Donato Volkers. Contas dos governantes: apreciação das contas dos chefes de Poder Executivo pelos tribunais de contas do Brasil. 1ª ed. São Paulo, 2020: Blucher Open Access, 2020. 552 p.

MOUTINHO, Donato Volkers. A multa dos Tribunais de Contas contra os prefeitos. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico, v. 14, n. 26, p. 115–136, jul./dez. 2023.

Meunier, Aurélie Duffy-. La Cour des comptes: une institution sous double influence. Revue française de finances publiques, 2010. Disponível em: <https://amu.hal.science/hal-02611238>. Acesso em 20/11/2024.

ROCHA, Carlos Alexandre Amorim. O modelo de controle externo exercido pelos tribunais de contas e as proposições legislativas sobre o tema. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2002. 45 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/156> Acesso em 20/11/2024.

SPECK, Bruno Wilhelm. Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União: o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Cadeia de Valor do Tribunal de Contas da União. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/planejamento/cadeia_de_valor.html. Acesso em: 21 nov. 2024.